- LI -

O CONTRATO COMO INSTRUMENTO DE PACTUAÇÃO E PARTILHA DAS AÇÕES PÚBLICAS E A GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Neli Moraes da Costa Mesquita
UFPA. E-mail: nelilogia@yahoo.com.br

Terezinha F. A. Monteiro dos Santos
UFPA. E-mail: tefam@ufpa.br

André do Nascimento Lima
IFMA. E-mail: andrelima.itz@ifma.educ.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de pesquisa bibliográfica e documental, em fontes diversas, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014 a 2018, Contrato de Empréstimo n° 2933/OC – BR, firmado entre a Secretaria de Educação do Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), assim como *sites* de Organizações Não Governamentais (ONGs) que se ocupam com a temática das políticas públicas educacionais. Tal pesquisa foi realizada nos anos de 2017 e 2018 cujo objeto foi o **Contrato como Instrumento de Pactuação e Partilha das Ações Públicas: A Parceria Público-Privada e a Educação Básica como Nicho Econômico e Ideológico do Capital**.

A sociedade brasileira está acompanhando, nestes últimos anos, mudanças significativas do papel do Estado e seus reflexos são percebidos a partir das ações desse ente, quanto aos meios usados para garantir solução às questões sociais. Políticas Públicas são ressignificadas e novos instrumentos de pactuação são utilizados para que, objetivamente, sejam implantadas e implementadas nos diferentes espaços sociais, “a ponto de se bem destacar que, na Administração Pública atual, administrar é, sobretudo, contratar”²³ (SUNDFELD, 2015, 13).

²³ No Brasil, em 2012, as compras da Administração representaram mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Incluídos todos os arranjos contratuais dos quais o Estado brasileiro participa, alcança-se o

Formulações teóricas como administração contratual, nova contratualidade administrativa, convênios, contratos de gestão, termos de parcerias, pactos sociais passaram a fazer parte da declaração oficial, e na ordem do dia é a negociação a partir dessas formulações que trazem em si a possibilidade de que determinadas mudanças econômicas e sociais possam ser alcançadas. No entanto, essas formulações teóricas, “por mais que estejam entrelaçadas dentro de um mesmo contexto econômico, político e jurídico, não devem ser tecnicamente confundidas umas com as outras (FERRO, 2015, p.152)”. Deste modo, é possível perceber que tais formulações se configuram em verdadeiros instrumentos de governo e técnicas de gestão, principalmente quando se referem às políticas públicas, e em particular, as educacionais, que merecem ser desvendadas.

Em visita ao *site* da Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC tivemos acesso ao seu planejamento quanto ao caráter urgente e estratégico, em torno da necessidade de melhorar os resultados da educação pública no Pará, que, no ano de 2013, se apresentava com o total de 10 jovens, somente 3,5 conseguindo completar sua educação básica e apenas 01 demonstrando desempenho considerado aceitável em Matemática. Na busca de superar as divergências e reconhecendo a centralidade da educação para o desenvolvimento do Estado, inicia-se a concepção de um Plano Estratégico, a partir de um processo de mobilização intersetorial²⁴, intergovernamental²⁵ e de Parceria Público-Privada, iniciada primeiramente com os profissionais da SEDUC, que atuam em diferentes níveis e regiões geográficas, a partir desse público, a mobilização foi expandida para os demais órgãos estaduais, municipais e para o governo federal, bem como foi direcionada para o setor privado, a sociedade civil e demais órgãos da sociedade.

índice de 21,5% do PIB de 2012, de modo que, nos últimos anos, verifica-se um crescimento vertiginoso da participação da contratação pública em relação ao montante total da riqueza produzida anualmente no País (BREUS, 2015, p. 4).

²⁴ Segundo a SEDUC o Pacto foi pensado como uma proposta intersetorial, centrada na educação, na qual diferentes setores do governo, como as secretarias de Planejamento, Saúde, Trabalho, Meio Ambiente, Assistência Social, Esporte e Lazer, Comunicação e Cultura devem desenvolver ações articuladas que contribuam para a melhoria dos resultados educacionais. Este esforço articulado, no âmbito do governo estadual, deve ser coordenado pela Secretaria de Promoção Social.

²⁵ Segundo a SEDUC para aumentar o IDEB será preciso um esforço articulado de todas as instâncias de governo. Ao Governo Federal cabe o apoio técnico e financeiro para a implantação de grande número das ações constantes do Plano Estratégico do Pacto. O Governo Estadual tem que garantir melhorias substantivas em todos os níveis, mas especialmente no Ensino Médio, sua atribuição básica.

Diante desse contexto, podemos perceber que as ações do Estado, quanto às políticas públicas educacionais, aqui, também “se configuram mediante negociações conduzidas de forma bi ou plurilateral, substituindo as decisões unilaterais tradicionais, baseadas essencialmente em critérios legais ou técnicos científicos” (CAMPOS, 2008, p.161), envolvendo um número cada vez maior de atores, mas com reduzida participação popular.

Nesta perspectiva, corroboramos com Breus (2015) de que é impositivo que sejam examinados os efeitos e as consequências da ampliação da contratação pública como mecanismos de ação estatal propriamente dito e não apenas como atividade instrumental, pois para além dos limites das obrigações ou mera prestação de serviços, nestes contratos incidem elementos políticos, econômicos, jurídicos, sociais e ideológicos.

Os contratos são parte constitutivas dos Pactos firmados pelos governos contemporâneos, desta forma para Tedesco (2001, p.133) é necessário o entendimento de que:

Embora os termos “acordo”, “consenso”, “contrato”, “pacto”, tenham significado diversos do ponto de vista político, aqui são usados indistintamente com referência a todas as possíveis alternativas de concertamento entre diferentes atores para o desenvolvimento de uma determinada ação.

Neste trabalho, ocupamo-nos do termo *Pacto* por ter sido este, o termo com o qual o governo do Estado do Pará denomina o compartilhamento de suas ações para a educação escolar, nos últimos anos (2010-2018) quando implantou o **Pacto Pela Educação do Pará**, articulador da política educacional básica vigente na Rede Estadual de Ensino.

Ao longo da pesquisa identificamos características que associam tais assinaturas de contratos e pactuações com as orientações neoliberais que buscam solucionar os problemas da educação escolar, a partir de ações padronizadas e que, principalmente garantam a produtividade do mercado, ou seja, com o discurso de propor soluções, universalizar a educação e trazer de volta alunos evadidos do sistema, faz-se uso de mecanismos de controle e a partir de pesquisas quantitativas decretam o futuro e o objetivo da educação: atender as necessidades de mercado.

A nova atribuição à forma de gestar a coisa pública, a partir da pactuação, com o uso de contrato, conforme tendências internacionais nos instiga, a permanente organização e mobilização uma vez que devemos garantir nossa participação nesse processo e constatar a quem realmente tais contratos beneficiam tendo em conta que a elaboração, a implementação de políticas públicas envolvem uma negociação entre diversos atores sociais.

Assim sendo, conclui-se que sendo o contrato um acordo entre partes pressupõe a participação equivalente dos envolvidos, no entanto quando analisamos a quem mais tem favorecido, quando das políticas educacionais via PPP, os valores financeiros investidos não condiz com os resultados pensados daqueles que são efetivamente alcançados, ficando o ônus sempre sobre a classe trabalhadora e seus filhos que fazem uso do serviço público, mas que através do Estado contrata com o privado “cedendo às pressões para satisfazer as demandas corporativas” (TEDESCO,1998, p.132).

REFERÊNCIAS

BREUS, Thiago Lima. **O Governo por contrato (s) e a concretização de políticas Públicas Horizontais como mecanismo de justiça distributiva.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná- Curitiba, 2015.

CAMPOS, Marilene de Souza. “Governar por contrato”: Tendências e transformações recentes nos instrumentos de produção de políticas públicas. In: **Revista de Ciências Humanas**, vol.8, n.2, p. 161- 170, jul/dez.2008.

FERRO, Murilo Ruiz. **Administração contratual, nova contratualidade administrativa e contratos de parcerias: Breves considerações acerca de alguns conceitos que integram uma nova terminologia trazida pela doutrina administrativa contemporânea.** Revista Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v.6, n.11, p. 151-169, jan. / jun. 2015.

SUNDFELD, Carlos Ari. Apresentação. In: *Contratações Públicas e seu controle.* Carlos Ari sundfeld (org.) São Paulo: Malheiros, 2013.

TEDESCO, Juan Carlos. **O Novo Pacto Educativo:** Educação, Competitividade e Cidadania na Sociedade Moderna. 1ª ed. Editora ética, 2001